

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1. AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **iodopovidona (PVPI) 2,5%**, para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

**1.2. Requisitante:** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº14.133/21;

**1.4. Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

**1.5. Prazo:** 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Aquisição, sob demanda, de **iodopovidona (PVPI) 2,5%**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	461988	<b>IODOPOVIDONA (PVPI) 2,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL 5ML</b>	FRASCO	48

**2.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

**2.3.** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

**3.2.** A presente aquisição visa suprir a demanda da Unidade de Saúde pelo período de 1 (um) ano;

**3.3.** Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina da Unidade de Saúde;

**3.4.** A presente aquisição se justifica pela necessidade de reposição do estoque do mesmo, para a devida continuidade das atividades da Unidade de Saúde. Cabe ressaltar que o produto é de extrema necessidade na unidade neonatal, na prevenção da Oftalmia gonocócica do recém-nascido. O consumo médio mensal é de 4 frascos. Pelo fato de se tratar de um produto manipulado, o prazo de validade é curto e depois que aberto sua embalagem, dura apenas 30 dias, devido a isto, a entrega deverá ser fracionada (4 parcelas iguais, ou seja, a cada 3 meses entrega de 12 frascos), ficando acordado a primeira entrega no ato da solicitação da unidade requisitante, o restante de acordo com a solicitação do setor da farmácia;

**3.5.** Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 7.892/2013, refere-se ao Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas Unidades Requisitantes;

**3.6.** Ressalta-se que as especificações técnicas do objeto solicitado foram indicados pelas equipes técnicas da Unidade de Saúde, a qual se responsabilizam por todas as informações lançadas no documento requisitório.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**4.1. AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **IODOPOVIDONA (PVPI) 2,5%**, para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 1 (um) ano.

**4.2.** A presente aquisição se justifica pela necessidade de reposição do estoque do mesmo, para a devida continuidade das atividades da Unidade de Saúde. Cabe ressaltar que o produto é de extrema necessidade na unidade neonatal, na prevenção da Oftalmia gonocócica do recém-nascido.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

**5.1.1. Sustentabilidade:**

**5.1.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.1.1.2.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

**5.2. Da exigência de carta de solidariedade:**

**5.2.1.** Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato;

**5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;**

**5.3.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

**5.3.2.** A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**5.3.3.** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

**5.3.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

**5.4. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:**

**5.4.1.** Seguir programação da unidade requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

**5.4.2.** Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos;

**5.4.3.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação.

## **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**6.1.** O prazo de entrega dos produtos são de 10 dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho;

**6.2.** Os produtos deverão ser entregues nos seguintes endereços:

**6.2.1.** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: Rua Antonio Fernandes Moreira, 12 – Centro – Nova Friburgo/RJ – No horário de 09:00h às 17:00h;

**6.3.** A entrega deverá ser fracionada (4 parcelas iguais, ou seja, a cada 3 meses entrega de 12 frascos), ficando acordado a primeira entrega no ato da solicitação da unidade requisitante, o restante de acordo com a solicitação do setor da farmácia;

**6.4.** Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

**6.5.** Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**6.6.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

**7.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

**7.4.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

**7.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

**7.6.** Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Adriane de Jesus Schenquel	299.287	Superior Imediato
Jonas Damião Sanches	299.451	Fiscal Titular
Juliana Moraes M. Teixeira	113.129	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Diana Roque Ecard	063.230	Gestora Substituto

**7.7.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

**7.8.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**7.9.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

**7.10.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

**7.11.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

**7.12.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

**7.13.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

**7.14.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

**8.2.** Para exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **8.2.1. Habilitação jurídica**

**8.2.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.1.2. Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU), sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

### **8.2.2. Qualificação Econômico-Financeira**

**8.2.2.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### **8.2.3. Qualificação Técnica**

**8.2.3.1.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (CNPJ), em plena validade;

**8.2.3.2.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.2.3.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.2.3.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

**9.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**9.2.1.** Fonte de recurso – 1600 SUS;

**9.2.2.** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.00822.203;

**9.2.3.** Elemento de despesa – 33.90.30.10;

**9.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;**

## **10. DA LIQUIDAÇÃO**

**10.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

## **11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

**11.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**11.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**11.1.3.** FGTS;

**11.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**11.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**11.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS;

**11.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

**11.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATANTE**:



**12.1.1.** Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

**12.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.1.3.** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

**12.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

**12.1.5.** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**12.1.6.** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

**12.1.7.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**12.1.8.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**12.1.9.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**12.1.10.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

**13.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA



FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

**13.1.2.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);

**13.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**13.1.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**13.1.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.1.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.1.7.** Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato;

**13.1.8.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

**13.1.9.** Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

**13.1.10.** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Municipal de Saúde.

## **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21 e a contratada que:

**14.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;



**14.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**15.2. SERÃO APLICADAS AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NESTA LEI AS SEGUINTE:**

**15.2.1. Advertência:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**15.2.2. Multa:** no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**15.2.3. Impedimento de licitar e/ou contratar:** por prazo não superior a 03 (três) anos;

**15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.3. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:**

**16.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**16.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**16.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**16.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**16.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**17.2.** O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 29 de setembro de 2023.

Termo de referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS  
Matrícula 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**  
**Secretária Municipal de Saúde**  
**Matrícula 106.137**